



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-ÊNFASE EM CIÊNCIAS DA  
NATUREZA**

**ANTONIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA**

**A ESCOLA COMO ALIADA NA LUTA PELA TERRA: ESTRATÉGIAS DE  
RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO TERRA NOVA, URUARÁ,  
PARÁ**

Uruará-Pará

Março, 2025

**ANTONIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA**

**A ESCOLA COMO ALIADA NA LUTA PELA TERRA: ESTRATÉGIAS DE  
RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO TERRA NOVA, URUARÁ,  
PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, como parte das exigências para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo.

Orientação da Prof<sup>ª</sup>. Carla Giovana Souza Rocha

Uruará-Pará

Março, 2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S586e Silva, Antônia da Conceição da.  
A escola como aliada na luta pela terra : estratégias de  
resistência e permanência no assentamento Terra Nova, Uruará,  
Pará / Antônia da Conceição da Silva. — 2025.  
26 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Carla Giovana Souza Rocha  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de  
Etnodiversidade, Altamira, 2025.

1. Escola do Campo. 2. Reforma agrária. 3. Amazônia. I.  
Título.

CDD 370

---

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ANTONIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA**

**A ESCOLA COMO ALIADA NA LUTA PELA TERRA: ESTRATÉGIAS DE  
RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO TERRA NOVA, URUARÁ,  
PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, como parte das exigências para obtenção do Grau de Licenciando em Educação do Campo.

Data da aprovação: 14/03/2025

Banca examinadora:

Profa. Dra. Carla Giovana Souza Rocha (orientadora)

UFPA- Fac. de Etnodiversidade- PPGETNO

Profa. Dra. Ana Paula dos Santos Souza

UFPA- Fac. de Etnodiversidade

Profa. Dra. Alcione Sousa de Meneses

UFPA- Fac. de Etnodiversidade

## **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel da escola como espaço de luta e resistência no Assentamento Terra Nova, localizado em Uruará, Pará. Através de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com 2 professores, 5 assentados e 2 lideranças comunitárias, além de pesquisa documental no PPP escolar. Também foram utilizados dados gerados na pesquisa do Tempo Comunidade I do curso de Licenciatura em Educação do Campo. A pesquisa apresentou como a luta pela terra foi ligada ao acesso à escola na comunidade. Foram ainda apresentados os desafios que a escola enfrenta atualmente: distanciamento das famílias da escola, falta de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos, e a não adequação do currículo para uma escola do campo. O estudo evidenciou que a escola, quando articulada com o movimento social e a comunidade, pode ser um espaço de resistência e transformação social, contribuindo para a permanência das famílias no campo e a construção de um projeto de vida vinculado à terra.

Palavras-chaves: Escola do Campo. Reforma agrária. Amazônia.

## **Abstract**

This study aims to analyse the role of the school as a space for struggle and resistance in the Terra Nova settlement, located in Uruará, Pará. Using a qualitative approach, interviews were conducted with 2 teachers, 5 settlers and 2 community leaders, as well as documentary research into the school's PPP. Data generated in the Community Time I research of the Field Education Degree course was also used. The research showed how the struggle for land was linked to access to school in the community. It also presented the challenges that the school currently faces: the distance between families and the school, the lack of adequate resources, both material and human, and the failure to adapt the curriculum to a rural school. The study showed that the school, when articulated with the social movement and the community, can be a space of resistance and social transformation, contributing to families staying in the countryside and building a life project linked to the land.

Key-words: Rural school. Agrarian reform. Amazonia.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	6
2 METODOLOGIA .....	9
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	10
3.1 HISTÓRICO DE LUTA PELA TERRA E A ESCOLA COMO ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO TERRA NOVA .....	10
3.2 DESAFIOS ATUAIS PARA O FORTALECIMENTO DA ESCOLA DO CAMPO .....	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
REFERÊNCIAS .....	22

## 1 INTRODUÇÃO

Como estudante do curso de graduação em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pará e professora da escola do campo do Assentamento Terra Nova, no município de Uruará, que se construiu o interesse pelo tema do papel da escola para a luta pela terra, a partir das pesquisas realizadas nos Tempos Comunidades (TC)<sup>1</sup> desenvolvidos no curso, especialmente no TC I e o TC II, realizados no 1º e 2º semestres de 2022. O TC I teve como objetivo identificar os processos, ações e fatores principais na criação e constituição das comunidades de pertença dos alunos, além da identificação das características das pessoas que ali residem, a interação com o meio onde vivem, com os demais moradores, os sistemas produtivos, dentre outros aspectos, assim como, a história da formação da escola. No TC II foram enfatizados o estudo sobre os aspectos estruturais, da gestão e das relações com os movimentos sociais das escolas nas quais as crianças e jovens do Assentamento Terra Novo estudam o ensino fundamental. Foi visto que lutar pela existência da escola na localidade reforçou a luta para assegurar a terra à medida que as famílias conseguiam se manter juntas no assentamento.

A luta pela terra é um tema central na história do Brasil, refletindo as profundas desigualdades sociais e as disputas de poder que marcaram o desenvolvimento capitalista do país. Este trabalho examina o histórico dessa luta, destacando as estratégias familiares que emergem como resposta à necessidade de garantir a posse e o uso da terra. A análise revela como a educação foi fundamental como elemento associado pelas famílias, muitas vezes organizadas em coletivos, que utilizam diferentes táticas para resistir à expropriação e buscar justiça social. Destacando que a relação entre terra e escola do campo é um tema importante na educação, especialmente no contexto brasileiro, onde as escolas rurais desempenham um papel crucial na formação de identidades e na valorização da cultura local.

Em sua análise, Moreira (2018) faz um panorama de que a formação da sociedade brasileira foi marcada pelo indeferimento da personificação e do papel da classe camponesa, priorizando a valorização dos ambientes urbanos e suas culturas. Essa perspectiva gerou uma figuração pejorativa do campesinato, afetando diversas esferas sociais, inclusive a pedagógica. Essa situação se intensificou no século XX, especialmente com a agricultura chamada moderna. Contudo, com o fim do regime militar, o movimento em prol da democracia e os movimentos sociais no campo na década de 1980, contribuíram para os trabalhadores rurais se

---

<sup>1</sup> O curso de Educação do Campo trabalha na pedagogia da alternância e possui oito Tempos Comunidade que envolvem ações de pesquisa, extensão e de ensino, por meio da realização dos estágios supervisionados nas escolas que atendem os camponeses (UFPA, 2015).

afirmarem como cidadãos com direitos, especialmente no que diz respeito à educação (Moreira, 2018).

Segundo Arroyo (2012), as populações rurais sempre foram vistas como meros receptores de benesses, resultantes das migalhas oferecidas pela elite brasileira. A ideia de que "manter uma escolinha no campo era uma dádiva do fazendeiro ou do prefeito", ou de um vereador, reforça essa visão. Nesse contexto, aqueles que se consideravam "sabedores" impunham seus conhecimentos aos "ignorantes", ensinando conteúdos que atendiam aos interesses dos primeiros, sem considerar as necessidades e desejos de aprendizagem dos segundos. Quanto à essa perspectiva, Hage (2015) insiste na necessidade de uma educação que considere as especificidades do campo, abordando a relação entre a teoria e a prática no contexto rural. Segundo o autor "A educação deve estar ancorada nas realidades sociais e culturais dos alunos, especialmente em contextos em que a terra é o espaço de vida e trabalho" (Hage, 2015, p, 6).

De acordo com Caldart (2012), a Educação do Campo nasceu em meio às lutas do movimento camponês, como ocorreu no assentamento Terra Nova, no município de Uruará, com a busca da escola de direito junto com a luta pelo direito à terra. Martins (2020), discute a escola do campo também como um meio de promover a autonomia e a cidadania dos agricultores. Ele ressalta que a escola deve ser um espaço de valorização das práticas e saberes locais: "A formação do homem do campo deve ser feita a partir de suas próprias realidades, respeitando as culturas e as tradições locais" (Martins, 2020, p. 6). Ou seja, pensar a escola como direito, que está ligado à conquista da terra, mas que a mesma integre as práticas e saberes dos agricultores e agricultoras, valorizando a identidade e cultura camponesa.

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996) aponta que a identidade da escola do campo não é definida apenas pelo espaço geográfico em que está situada, mas a partir das formas de vida dos sujeitos sociais a quem se destina, sejam eles, agricultores familiares, trabalhadores rurais, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, enfim, todos os povos do campo, das águas e das florestas, nos diferentes territórios.

Nesse sentido, a escola tem um papel importante para as comunidades do campo e tem sido bandeira de luta em muitas delas, como forma de garantir a permanência na terra, como ocorre na Comunidade Terra Nova, em Uruará, Pará. Essa comunidade é um assentamento

reconhecido em 2021 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>2</sup>. Esta e outras conquistas do assentamento foram possíveis graças à organização coletiva dos moradores, que inclui não apenas a luta pela terra, mas por outros direitos fundamentais, como a educação.

Vendramini (2015) aponta que a escola está verdadeiramente relacionada ao futuro do campo, ganhando forças para um espaço de construção de vidas, culturas, saberes, mesmo que isso seja um processo que se construa vagarosamente, em situações degradantes, mas é de grande valia para se conseguir a presença de políticas públicas.

A escola, enquanto instituição educacional, desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos e na construção de comunidades. Em contextos de assentamentos, onde a luta por direitos e permanência no território são desafios diários, a educação se torna uma estratégia essencial para a emancipação social e promoção da cidadania. Nesse contexto, a escola é uma estratégia de luta, e se torna espaço de resistência e transformação social, onde alunos não apenas constroem conhecimentos, mas também desenvolvem pensamentos e atitudes críticas sobre suas realidades.

A importância desse tema se estende para além, do ambiente escolar, e refletirá futuramente nas dinâmicas sociais e políticas da comunidade. Para Hage (2015) a escola nos assentamentos contribui para a construção de um futuro mais justo e igualitário, ao capacitar os indivíduos a se posicionarem criticamente frente às desigualdades estruturais. Além disso, a escola é um espaço de esperança e de grandes possibilidades, onde os jovens, poderão visualizar novos horizontes, bem como passam a desenvolverem habilidades que serão fundamentais para sua vida pessoal e profissional. Dessa forma, a escola se torna mais um pilar de resistência.

A partir das dinâmicas sociais observadas no Assentamento Terra Nova e do papel da escola nelas, foi definida a seguinte pergunta de pesquisa: como a escola contribuiu para fortalecimento da luta pela regularização fundiária e permanência das famílias no assentamento?

Assim, o objetivo geral é analisar as contribuições da escola para a permanência das famílias e luta pelo Projeto de Assentamento Terra Nova, em Uruará, Pará. E como objetivos específicos: retratar o histórico de luta das famílias camponesas do Assentamento Terra Nova pela terra e pela escola, percebendo a escola enquanto um espaço de resistência para a

---

<sup>2</sup> Projeto de Assentamento Terra Nova, criado pela Portaria INCRA/P nº 1.251, de 18/08/2021, publicada no DOU do dia 27/08/2021, Seção 1, p. 35, localizado no município de Medicilândia, com capacidade de assentamento de 64 (sessenta e quatro) unidades agrícolas familiares.

permanência das famílias no assentamento e discutir os desafios atuais para fortalecimento da escola da comunidade.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada no Projeto de Assentamento Terra Nova localizada a 57 km da sede do município de Uruará, Pará.

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2002) é aquela que busca entender a realidade social a partir da perspectiva dos sujeitos, valorizando suas experiências e significados. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, considerando o contexto cultural e as interações sociais que influenciam o comportamento humano. Minayo descreve que abrange pontos como a necessidade de contextualização, pois aborda e enfatiza a importância do contexto social e cultural na análise dos dados, reconhecendo que o comportamento humano é influenciado por diversas condições externas, assim como, requer métodos de coleta diversificados; como entrevistas semiestruturadas, entrevistas com grupos focais, observação participante e análise de documentos.

Ela reforça ainda que a pesquisa qualitativa permite uma análise interpretativa, ou seja, ela permite um processo interpretativo que busca identificar padrões, temas e significados nas narrativas dos participantes (Minayo, 2002).

Assim entende-se que essas características fazem da pesquisa qualitativa uma ferramenta poderosa para investigar fenômenos complexos, como a luta pela terra, a resistência cultural, as práticas sociais e outros temas que requerem uma compreensão mais rica e contextualizada.

Parte dos dados foi da pesquisa de campo realizada em 2021 no Primeiro Tempo Comunidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA/Campus de Altamira, que retratou a história de constituição da comunidade.

Em janeiro de 2025 foram feitas novas entrevistas com pessoas chaves que residem desde o início da formação da comunidade e da escola, sendo estas, duas lideranças da comunidade, quatro mães e um pai de alunos, o primeiro professor que lecionou quando se criou a escola e uma professora do PROINTER, que é um o sistema modular para as escolas do campo que oferta os finais do ensino fundamental no município de Uruará. Estas entrevistas foram gravadas em áudio e usados roteiros de perguntas e diário de campo, além do celular para registrar imagens e áudios dos entrevistados.

Na pesquisa bibliográfica, foi feito levantamento bibliográfico nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usando os seguintes termos de buscas: “luta pela terra” e “educação do campo”; terra e escola do campo.

Seguindo o protocolo de ética na pesquisa foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as pessoas entrevistadas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 HISTÓRICO DE LUTA PELA TERRA E A ESCOLA COMO ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO TERRA NOVA**

Na Rodovia Transamazônica, o Distrito Alvorada da zona rural de Uruará reflete as dinâmicas de ocupação e luta pela terra que ocorreram em várias regiões do Brasil. O histórico de ocupação de Terra Nova se insere nesse contexto, sendo marcado por uma combinação de fatores sociais, econômicos e ambientais. Como será descrito a seguir a partir de relatos das lideranças e pioneiros da comunidade Terra Nova, localizada na Vicinal do Km 140-Norte, foi uma área de ocupação e passou 15 anos para se tornar um projeto de assentamento federal pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que significa que as famílias ficaram esse tempo sem ter acesso a políticas públicas que dependiam de comprovação da posse da terra.-

A história da rodovia Transamazônica está ligada ao Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Altamira que remonta à década de 1970, quando muitos camponeses migraram de outras regiões do Brasil, atraídos pela abertura da rodovia e pelo potencial para a produção de café e pimenta-do-reino. Inicialmente, as famílias cultivavam arroz, milho e feijão para o consumo familiar e para venda, e posteriormente vieram o cacau, café, pimenta-do-reino e o gado bovino.

A comunidade Terra Nova foi criada há 19 anos, em meados de 2006 por agricultores que buscavam um futuro, mesmo incerto e longínquo, para suas famílias, como relatou em 2021 o senhor Francisco Rodrigues de Andrade, presidente da comunidade: “Um bem-estar familiar, porque precisávamos de um local para viver em busca da sustentabilidade familiar e criação dos nossos filhos”.

Uma pesquisa realizada na comunidade no ano de 2022, para o TC I, com famílias que chegaram na época da ocupação, buscou identificar os processos, ações e fatores que levaram à criação da comunidade. O estudo analisou as formas de produção das famílias, suas relações

com o meio ambiente, as estratégias de reprodução envolvendo mão de obra, a transmissão de saberes e práticas para a garantia da saúde, as formas de ensino e aprendizado, a interação entre os moradores e outros aspectos relevantes.

Em entrevista com o presidente da comunidade, o Senhor João Batista Silva da Costa, brasileiro, natural do Pará, morador do assentamento desde 2006, atuante como presidente desde 2021, o mesmo descreveu em sua narrativa como foram os primórdios da formação da comunidade Terra Nova, que segundo o entrevistado:

Começou a ser ocupado em 2006, somente por homens, e só posteriormente por mulheres e crianças. Essas famílias que buscavam novas oportunidades devido à crescente pressão econômica e à falta de terras nas regiões de origem. Muitas dessas famílias eram de áreas rurais, migrando de outras partes do Brasil, especialmente de estados como Maranhão, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. A pobreza e a busca por melhores condições de vida foram motivações centrais para a migração. (Depoimento do presidente da comunidade Terra Nova, João Batista, 2024).

Segundo os entrevistados, antes da ocupação, a área em que se localiza a comunidade Terra Nova era predominantemente de uso agrícola e pastagem. As terras estavam subutilizadas ou pertenciam a grandes proprietários que não as cultivavam de maneira eficaz. As famílias que chegaram à área encontraram um espaço com potencial agrícola, mas também com desafios significativos. No início da ocupação, a comunidade era formada por um pequeno número de famílias, variando de 30 a 50, que se uniram na busca por um lugar para viver e trabalhar. Essas famílias traziam consigo experiências de vida rural, seus conhecimentos das práticas agrícolas, o que ajudou a moldar a cultura comunitária no assentamento.

A motivação principal para a vinda dessa área estava ligada à promessa de terras e à possibilidade de produção própria. Muitas dessas famílias tinham ocupado terras em outras regiões do Brasil, como nordeste e sul do país, mas, enfrentavam dificuldades, como a falta de suporte técnico e as condições climáticas adversas. Assim, a esperança de uma vida melhor e a busca por autonomia foram fatores que impulsionaram esse movimento.

As pessoas chaves entrevistadas enfatizaram que desde o início as famílias enfrentaram diversos desafios relacionados às condições climáticas, falta de pavimentação de estradas, insegurança fundiária e falta de infraestrutura. Em relação às condições climáticas, foram destacadas a insegurança hídrica e a variação das condições climáticas que dificultaram a agricultura. Sobre a insegurança fundiária, foi falado sobre a luta por reconhecimento das terras ocupadas e a resistência dos antigos proprietários. Quanto à falta de pavimentação de estradas, era muito difícil se locomover no inverno, com ladeiras e pontes ruins. E quanto à infraestrutura, os primeiros anos foram marcados pela escassez de serviços básicos, sem

escola, sem energia elétrica, dificuldade de água potável e de acesso aos serviços públicos de saúde.

Esses desafios geraram um forte senso de comunidade, de coletividade e cooperação entre os moradores de Terra Nova, que se uniram para superar as adversidades e construir um futuro melhor para suas famílias. Ao longo dos anos, muitas mudanças ocorreram, incorporando novas práticas agrícolas e buscando alternativas sustentáveis, mostrando resiliência e adaptabilidade.

Um dos desafios que é pertinente a esse trabalho refere-se à falta da escola. Diante da dificuldade de acesso à escola da Vila Alvorada<sup>3</sup> aonde tinha o ensino fundamental, os pais se reuniram com o presidente da comunidade, para tentarem junto ao poder municipal a instalação de uma escola na comunidade. Apenas em 2011 a escola foi fundada, e as famílias convidaram Antônio Valdiano para ser o primeiro professor a lecionar na escola.

A escola Terra Nova foi fundada por iniciativa das famílias e contribuição da prefeitura, passou a atender a necessidade de oferecer educação aos filhos dos moradores na própria comunidade. Inicialmente as famílias usavam um barracão improvisado até a construção da estrutura em madeira, com área de 5x6 metros, a escola contava com uma sala de aula e uma pequena cozinha, ocupando um terreno de 50 m<sup>2</sup> doado por um morador. Segundo os entrevistados, a criação da escola trouxe esperança e motivação para a construção de casas permanentes nos lotes, e as mulheres, que ainda não tinham vindo pela necessidade de manter os filhos na escola na vila e na cidade, passaram a morar no assentamento.

A história da comunidade Terra Nova é, portanto, uma narrativa de luta, solidariedade e um contínuo processo de transformação que busca garantir direitos e dignidade aos seus habitantes.

Segundo o senhor João Batista, as famílias que se estabeleceram mais tarde nessas áreas, por volta de 2008, geralmente vieram de regiões rurais ou urbanas, do próprio município de Uruará em busca de terra para lavoura ou pastagem. Ele relatou que para manter a terra, as famílias usavam de várias estratégias, e uma delas foi a formando de associações para fortalecer a ocupação e defender seus direitos, o que proporcionou um contato mais forte com autoridades e organizações que poderiam apoiar a regularização fundiária. Outra estratégia foi a implantação de cultivos, mostrando a importância da ocupação da terra. Outra estratégia usada era a resistência legal, na qual a comunidade buscou apoio jurídico para garantir que seus direitos à terra fossem respeitados, apresentando documentação e petições

---

<sup>3</sup> Distrito rural localizada às margens da rodovia Transamazônica, no Km 140, que fica a 20 km do Assentamento Terra Nova.

nas esferas administrativas. E a luta por uma escola na comunidade, foi outra estratégia que visava também fortalecer a causa da permanência na terra, reconhecimento da posse e conquistar a legalização fundiária. Segundo o Senhor, João Batista:

A fundação de uma escola no assentamento rural foi crucial para o desenvolvimento da comunidade e garantiu o aumento da demanda de assentados, atraindo mais famílias para morar no assentamento, por causa das aulas, isso mostrou a importância da legalização do Terra Nova, ajudando no processo legal da papelada” (Depoimento do Presidente da Comunidade Terra Nova, João Batista, 2024).

Segundo Hage (2015) a presença da escola pode promover a coesão social e fortalecer laços comunitários, essenciais para a sobrevivência e crescimento do assentamento. Costa destaca a função da escola como espaço de formação e resistência: “A escola desempenha um papel crucial na formação de uma consciência crítica nas comunidades rurais, capacitando os alunos a entenderem suas realidades e a lutarem por seus direitos à terra (COSTA, 2017, p. 56)

O Senhor João Batista relatou quanto ao papel das esposas e filhos nesse início da ocupação, pois, após as condições ficarem um pouco mais favoráveis, como a melhoria da estrada para acesso à área de assentamento, a esplanada da área e a construção de barracos improvisados, as esposas frequentemente se envolviam em trabalhos agrícolas, na educação das crianças e na administração do lar. E isso fortalecia ainda mais a base familiar e a interação social na comunidade. As mulheres e filhos também começaram a participar de assembleias e reuniões comunitárias para discutir estratégias e reivindicações.

Quanto ao processo de regularização fundiária frequentemente envolvia reuniões com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para apresentar a documentação e reivindicações das famílias. Sendo que foi importante que todas as famílias mantivessem os registros da ocupação, como recibos de compras de materiais ou testemunhos da ocupação contínua da terra. Assim o INCRA iniciou a realização de estudos sobre a área para verificar a ocupação e viabilidade da regularização. Para o senhor João Batista:

O assentamento Terra Nova pode ser comparado a uma árvore que, após um longo período de cuidado e nutrição, finalmente começa a dar frutos. O processo para conseguir a regularização do INCRA é semelhante ao cultivo dessa árvore, onde cada passo – desde a preparação do solo até a poda e irrigação – representa as etapas necessárias para alcançar a regularização fundiária.

Autores como Lemos e Ribeiro (2019) destacam que a regularização fundiária é um processo complexo que envolve não apenas a legalização da terra, mas também a inclusão social e a promoção da sustentabilidade. Assim como um agricultor deve entender as condições do solo e as necessidades da planta, os gestores do INCRA e as comunidades assentadas precisam compreender as especificidades do território e as dinâmicas sociais para garantir que a regularização seja efetiva e beneficie todos os envolvidos.

Da mesma forma, segundo Santos (2020), a luta por direitos territoriais é um reflexo das lutas históricas por justiça social e igualdade. A regularização do assentamento Terra Nova representa, portanto, não apenas a conquista de um espaço físico, mas também a realização de um sonho coletivo por dignidade e reconhecimento. Assim, o processo de regularização pode ser visto como o florescer de uma comunidade que, após muitos desafios, finalmente encontra seu lugar e identidade dentro do contexto social e econômico do país.

A ocupação e regularização da terra foi um processo longo e complexo que dependeu de políticas públicas, apoio de organizações não governamentais e o engajamento da comunidade.

O papel da escola no fortalecimento da resistência e permanência das famílias no Assentamento Terra Nova foi fundamental para promover a inclusão social, a educação de qualidade e a valorização da cultura local. Para Silva (2006):

Formação de cidadania, a conscientização dos direitos, haja visto que a escola pode educar os alunos e suas famílias sobre direitos e deveres, promovendo a participação ativa na luta por melhorias nas condições de vida e trabalho (SILVA, 2006, p. 23).

Uma entrevistada destacou que após mais de 10 anos da construção do primeiro prédio da escola, a existência da mesma no local estava ameaçada, pois os atuais proprietários do terreno não desejam mais que a escola continuasse ali. Embora uma vizinha tenha se oferecido para fornecer a parte elétrica, foi feito um acordo com a prefeitura, que não cumpriu com o acordo de arcar com os custos financeiros, e os pais dos alunos tiveram que comprar o material da eletricidade, porque a escola não tinha recursos próprios.

Apesar das dificuldades, a comunidade da Terra Nova se mantém unida em busca de soluções para garantir que as crianças da região continuem tendo acesso à educação, fomentando a escola como elemento importante para fortalecimento e permanência das famílias na luta pela terra.

-Em entrevista com a moradora Eronildes da Costa, a mesma pontuou que o papel da escola na comunidade ficou visto como um espaço de apoio e afirma que “no Terra Nova a escola funcionou como um espaço seguro, onde as crianças e suas famílias possam expressar suas preocupações e desafios, encontrando apoio emocional e social”. É o espaço onde são construídas ou reconstruídas as trajetórias e espaços de sociabilidade desses trabalhadores. É um espaço de experiências, práticas e hábitos que socializam os corpos para alternativas jamais previstas (Ferrante, Whitaker e Barone, 2004).

Nesse aspecto vale ressaltar a fala do professor pioneiro Antônio Valdiano, que disse:

A escola incentiva dentro do currículo atividades extracurricular, implementando hortas comunitárias na escola, onde os alunos possam aprender sobre cultivo,

cuidados com a terra e a importância da produção de alimentos. (Depoimento do Professor Pioneiro Antônio Valdiano, comunidade Terra Nova, 2024).

Para o professor pioneiro, a escola incentiva também a integração da comunidade em parcerias com organizações estabelecer parcerias com movimentos sociais e órgãos governamentais que atuem em prol da reforma agrária e dos direitos humanos, oferecendo recursos e apoio à comunidade. Em sua fala ele afirmou que:

Quando começou a construção da escola houve uma intensificação de investimento e apoio do INCRA e de vereadores e do governo municipal, nós fizemos reuniões para tentar parcerias, o poder público nessas reuniões dialogaram com a comunidade sobre materiais, mão de obra e a contratação de professores. Tornou assim possível a construção da primeira escola, com anos iniciais do fundamental e mais tarde ampliando para fundamental maior, atendidos pelo Projeto PROINTER.

Dona Maria fez questão de lembrar que a escola foi fruto de muita luta e esforço da comunidade. Ela relata que as aulas antes aconteciam em um barraco improvisado, sem estrutura adequada para o aprendizado, ou seja, antes da construção da escola em 2011 (Figura 1), que foi viabilizada porque os moradores tiraram e beneficiaram a madeira, compraram as telhas, além da mão de obra para a construção. A Prefeitura comprou o cimento para o piso. Em 2022, a escola recebeu uma reforma que foi basicamente a pintura. Mas isto só foi viabilizado porque a comunidade vinha reivindicando melhores condições de educação. Antes da reforma, Em maio de 2022 fizeram um abaixo assinado para ser encaminhado ao Prefeito de Uruará Gilson Brandão, pois a escola tinha recebido uma pintura, mas questões básicas não tinham sido resolvidas, conforme a síntese do teor do documento a seguir: necessidade de expandir o espaço para abrigar o quantitativo de estudantes (19 pela manhã e 14 a tarde); não ter ventilação apropriada e nem ventiladores (escola com estrutura de madeira e telhas de amianto); não ter bebedouro, o que obriga os alunos trazerem água de casa; não era oferecida merenda, o que tem levado a que alguns pais não matriculem as crianças menores, que já deveriam estar na escola; tem uma privada recentemente feita, mas que o vaso está solto e o sistema de descarga não funciona; não ter transporte escolar, o que tem levado ao aumento de custos com combustível e dificuldade financeira para as famílias viabilizarem o transporte de seus filhos; não ser oferecido material pedagógico para melhorar a qualidade do ensino; não ter cozinha e merendeira; não oferecer recursos profissionais para acesso de pessoas com deficiência; os proprietários do terreno cedido para construção da escola não querem mais a permanência da escola no mesmo, o que tem levado à preocupação quanto a continuidade das turmas; falta de energia própria da escola, pois era uma extensão da casa do proprietário do terreno.

Figura 1. Escola Terra Nova



Fonte: Silva (2021)

Figura 2. Escola Terra Nova reformada



Fonte: Silva (2022)

E em 2024, a comunidade consegue a construção de uma nova escola (Figura 3), ampliada e com os serviços básicos necessários para seu funcionamento. Essa mudança é motivo de orgulho para os moradores, como a Dona Maria, que destaca a beleza da escola e o fato de atrair atualmente alunos de outras localidades: "A escola é bonita e é daqui e isso orgulha a gente, né?". E isso ocorreu após as mobilizações feitas pelos moradores e professoras.

Figura 3. A nova Escola Terra Nova



Fonte: própria autora (2024)

Através da fala de Dona Maria, podemos perceber a importância da escola para a comunidade do assentamento, tanto como espaço de aprendizado e desenvolvimento para as crianças, quanto como símbolo de conquista e motivo de orgulho para os moradores. No entanto, fica evidente a necessidade de um diálogo mais aprofundado sobre a matriz curricular, buscando um equilíbrio que contemple a realidade local e prepare os alunos para o futuro que desejam construir.

Para a moradora Eronildes, a construção da “escola deixou a gente com mais esperança e uniu nós moradores para participar das coisas da escola, fortalecendo a escola e a comunidade”.

Em suma, a escola no Assentamento Terra Nova foi e continua sendo um agente transformador, promovendo a educação, a conscientização, a valorização da cultura local e o fortalecimento da comunidade. Que não apenas contribuiu para a permanência das famílias na terra, mas também para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

### 3.2 DESAFIOS ATUAIS PARA O FORTALECIMENTO DA ESCOLA DO CAMPO

A educação no campo desempenha um papel crucial no desenvolvimento das comunidades rurais, proporcionando não apenas conhecimento, mas também ferramentas para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo. A escola do campo, historicamente, enfrenta uma série de desafios que impedem a garantia de uma educação de qualidade para a população rural. Para compreender a complexidade dessa questão, é fundamental analisar as contribuições de diversos autores e pesquisadores que têm se dedicado ao estudo da educação no campo. Para Mendes (2020) um desses desafios são infraestrutura e recursos como "A carência de recursos destinados à infraestrutura escolar em regiões rurais é um impedimento significativo para assegurar o ensino de qualidade no campo. A falta de recursos básicos, como água encanada, energia elétrica e materiais didáticos adequados, compromete o processo de ensino-aprendizagem”.

Na comunidade Terra Nova, a escola representa um espaço de esperança e transformação, onde crianças e jovens têm a oportunidade de aprender e se desenvolver. No entanto, essa instituição enfrenta uma série de desafios que comprometem sua eficácia e a permanência da comunidade no campo. Para Martins (2021) a falta de investimento em infraestrutura, materiais didáticos e formação continuada de professores, compromete a qualidade da educação no campo.

Entre os principais obstáculos estão a falta de recursos financeiros repassados pelo governo, a escola não possui conselho, e nem recebe recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), para comprar materiais didáticos, e entre outros. Que assim dificulta o ensino de qualidade e a contextualização do aprendizado às realidades locais. E a comunidade sempre foi muito participativa na busca de melhorar as condições da escola, em sua estrutura e recursos.

Além disso, a formação continuada dos educadores é frequentemente limitada, fazendo com que muitos professores não tenham acesso às atualizações necessárias para lidar com as especificidades do ensino rural. Para Martins (2021) a falta de investimento em infraestrutura, materiais didáticos e formação continuada de professores, compromete a qualidade da educação no campo.

Outro desafio significativo é conceber novas formas de participação das famílias na escola, pois ainda se cobra dos pais apenas a presença em datas comemorativas, na entrega de boletins escolares, realização de mutirão, mas nada se debate sobre os aspectos pedagógicos, da gestão e de avaliar o ensino e o aprendizado. Pois, para alguns, as famílias não teriam interesse e nem capacidade para entender esses aspectos educacionais e dos direitos à educação do campo de qualidade e voltada para a realidade desse território. Esse debate ocorreu no Seminário de devolutiva das pesquisas dos Tempos Comunidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo, em 2023, e teve grande interesse das famílias. E a construção do Projeto Pedagógico da Escola Terra Nova foi a questão mais discutida e de interesse dos participantes do evento, que também discutiu as relações com a Secretaria Municipal de Educação e as condições estruturais da escola.

Mauricélio e Isabel, pais de alunos e agricultores, veem o papel da escola na vida das famílias, mas entendem que há baixa participação dos pais nas atividades escolares, e Isabel disse: "A escola é muito importante para nós, é onde nossos filhos aprendem e se preparam para o futuro. Queremos que a escola continue crescendo e que nossos filhos tenham cada vez mais oportunidades ". E Mauricélio destacou:

Acreditamos que a educação é a chave para transformar a nossa realidade. Queremos que nossos filhos tenham orgulho de viver no campo e que possam contribuir para o desenvolvimento da nossa comunidade.

Existem alguns desencontros entre o que os gestores e professores requerem dos pais e o que preconiza o princípio da educação do campo de valorizar o protagonismo camponês em todo o processo educativo.

Segundo Gomes (2019), muitas vezes isso se deve ao fato da desvalorização da cultura rural. Em outro viés, Silva (2020) aponta que a sobrecarga de trabalho das famílias rurais e a falta de tempo é um obstáculo à participação escolar das famílias, para ele é preciso buscar alternativas que facilitem o envolvimento dos pais. Entretanto, há necessidade de aprofundar a análise sobre as causas desta sensação de distanciamento, e entender como a efetiva gestão democrática e descentralizada pode apoiar as famílias a compreenderem que a luta pela escola

inclui a garantia de instalações físicas, professor, água e energia elétrica, mas também deve incluir os aspectos pedagógicos e processos formativos.

Portanto, compreender e enfrentar esses desafios é essencial para garantir que a Escola Terra Nova não apenas exista, mas volte a ser um verdadeiro catalisador de mudança e desenvolvimento para toda a comunidade (Souza, 2005). A educação no campo deve ser vista como uma prioridade, pois é através dela que se pode construir um futuro mais justo e sustentável para as próximas gerações.

Para a moradora Eronildes Costa Silva um dos maiores desafios é a falta de recursos didáticos. Ela destaca que as salas de aula carecem de materiais didáticos que reflitam a realidade do campo e que ajudem a contextualizar os conteúdos para o melhor aprendizado, além disso, a formação continuada para os professores ainda é escassa.

Isso leva à reflexão de que é preciso um olhar diferenciado sobre a educação e a realidade do campo, haja visto, ser fundamental que o currículo escolar dialogue com a realidade do campo, abordando temas como a agricultura familiar, a agroecologia, a preservação ambiental e a cultura local. Dessa forma, os alunos podem se sentir representados e preparados para construir um futuro no campo, com conhecimento e autonomia.

A professora que atua no programa modular do ensino fundamental anos finais das escolas do campo de Uruará (Prointer), expressou sua opinião sobre esse ponto, dizendo que “a terra, a produção e o trabalho no campo devem ser integrados aos conteúdos curriculares, proporcionando aos alunos a oportunidade de vivenciar na prática os conhecimentos teóricos. É importante realizar visitas a propriedades rurais, oficinas de produção de alimentos e projetos de educação ambiental, que podem enriquecer o aprendizado.

Nessa perspectiva, Oliveira (2022) destaca que precisamos de mais capacitação para lidar com as especificidades do ensino no campo, como a inclusão de temas de agricultura sustentável e cultura local.

A valorização dos saberes tradicionais e da cultura local deve ser um eixo central da formação continuada de professores do campo, para que eles possam construir um currículo que dialogue com a realidade (Oliveira, p.4, 2022).

Ana Clécia que mora no assentamento desde 2017, diz ter observado uma evolução da escola, porém, ainda é um desafio a falta de acesso à tecnologia, e expansão física, pois a mesma só possui duas salas e uma cozinha, e enfatiza: “precisamos de mais salas, biblioteca, quadra e campo de futebol”, pois futuramente visam o Ensino Médio na comunidade, além disso, ressaltou a dificuldade de transporte para eventos e atividades fora da escola e destacou

que os estudantes perdem oportunidades de participar de feiras de ciência ou competições devido a inviabilidade de deslocamento.

Para a Professora do PROINTER, em sua visão sobre o fortalecimento da educação na comunidade, relata que o fortalecimento da escola no campo passa pela valorização da cultura local e pela formação de parcerias e que para ela um dos desafios é conseguir recursos externos e apoio de organizações que possam trazer projetos inovadores para a educação.

Em reflexão ao que foi exposto, posso afirmar que a educação no campo desempenha um papel vital na formação de identidades e na valorização das conquistas sociais e territoriais das comunidades rurais. Segundo Caldart (2011) para que a escola atenda efetivamente a essa demanda, é essencial que seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e currículo sejam elaborados de forma a refletir e respeitar a realidade dos assentamentos e do modo de vida rural. Essa abordagem não apenas fortalece as identidades locais, mas também promove uma educação que dialoga diretamente com as necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes e suas famílias.

Caldart (2011) ainda diz que em primeiro lugar, o PPP deve ser construído de maneira participativa, envolvendo a comunidade escolar, os pais, os alunos e os líderes locais. Essa construção coletiva é fundamental para que o projeto reflita as particularidades do território, suas tradições, saberes e modos de produção. Ao integrar a cultura local e as questões agrárias à proposta educacional, a escola se posiciona como um espaço de resistência e valorização do conhecimento popular, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua identidade e do seu papel na sociedade.

Assim o currículo, por sua vez, deve ser adaptado para incluir conteúdos que dialoguem com a realidade do campo. Isso significa que as disciplinas tradicionais devem ser enriquecidas com temas relacionados à agricultura, à sustentabilidade, à economia familiar e à preservação ambiental. Por exemplo, em aulas de ciências, pode-se abordar a importância da agroecologia e das práticas sustentáveis; em geografia, discutir as dinâmicas de uso da terra e as questões fundiárias. Dessa forma, os conteúdos curriculares ganham relevância e significado, pois se conectam diretamente com a vida cotidiana dos alunos.

Além disso, a relação entre terra, produção e educação deve ser enfatizada através de práticas pedagógicas que incluam atividades externas, como visitas a propriedades rurais, hortas comunitárias e feiras agrícolas. Essas experiências práticas proporcionam aos alunos uma vivência direta do que é discutido em sala de aula, reforçando a importância da terra e da produção como elementos centrais de sua formação. A escola pode ainda promover projetos

que estimulem a produção de conhecimento local, como a elaboração de relatos e pesquisas sobre a história da comunidade e suas práticas agrícolas, valorizando a memória coletiva.

A inclusão de temas como a luta pela terra e os direitos dos trabalhadores rurais também é fundamental para que os alunos compreendam a importância da resistência e da mobilização social, conheçam a própria história. Ao abordar essas questões, a escola se torna um espaço de formação política, onde os estudantes aprendem a reivindicar e valorizar suas conquistas, desenvolvendo um senso crítico e uma consciência social que os acompanhará ao longo da vida.

Assim a relação entre terra, produção e conteúdos curriculares na escola do campo deve ser uma prioridade para fortalecer as identidades locais e valorizar a conquista da terra. Ao construir um projeto político pedagógico e um currículo que dialoguem com a realidade do campo, a escola se posiciona como um agente de transformação social, promovendo uma educação que respeita e valoriza a cultura e os saberes da comunidade. Dessa forma, a educação no campo não apenas forma cidadãos mais conscientes e engajados, mas também contribui para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa apresentou como a luta pela terra foi ligada ao acesso à escola na comunidade, enfatizada como estratégia para permanecer na terra e garantir a sua posse.

Também foram apresentados os desafios que a escola enfrenta atualmente, dentre eles, o distanciamento das famílias da escola, apesar das diversas dificuldades enfrentadas, como a falta de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos, e a não adequação do currículo para uma escola do campo. Entretanto, é preciso entender as causas deste dito distanciamento, e quem sabe poder entender porque as famílias se mobilizam para garantir a estrutura física, mesmo que não esteja ainda adequada, e não conseguem atuar nos aspectos pedagógicos e formativos. Infelizmente a estrutura educacional de gestão geralmente não é colocada em questionamento, e com isto, as possibilidades de discutir o currículo e o Projeto Pedagógico não são colocadas.

Para que a escola possa cumprir seu papel de forma efetiva, é imprescindível que haja uma mobilização conjunta entre a comunidade, as autoridades locais e as organizações não governamentais. Somente através de parcerias sólidas e do comprometimento de todos os envolvidos será possível criar um ambiente educativo que não apenas forme cidadãos

conscientes, mas que também fortaleça a luta pela terra e pela dignidade das famílias no assentamento.

Em suma, a escola no Assentamento Terra Nova deve ser vista não apenas como um espaço de ensino, mas como um verdadeiro agente de transformação social e resistência. A educação no campo é uma ferramenta poderosa que, se bem utilizada, pode garantir não apenas a permanência das famílias na terra, mas também promover um futuro mais justo e sustentável para toda a comunidade. Portanto, a luta pela valorização e fortalecimento da escola deve ser uma prioridade, para que possamos construir um legado de resistência e esperança para as próximas gerações.

A escola, ao se integrar à realidade do assentamento, torna-se um espaço de formação cidadã e de resistência, onde os alunos são incentivados a desenvolver um senso crítico e a compreender a importância da luta por seus direitos. Essa formação é essencial para que as novas gerações possam dar continuidade à busca por melhores condições de vida e trabalho, assegurando a permanência das famílias na terra.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel. G; CALDART, Roseli. S; MOLINA, Mônica, C. Orgs: **Por Uma Educação do Campo**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 214 p.

BARBOSA, A. **Conflitos Agrários e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora XYZ, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALDART, Roseli S. Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel. G; CALDART, Roseli. S; MOLINA, Mônica. C. (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. 214p.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira; LIMA, Maria Aires. de **Educação do campo, organização escolar e currículo: Um Olhar Sobre A Singularidade Do Campo Brasileiro**. PUC-SP, 2017.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. **Reforma Agrária: questão de sempre no debate nacional**. Litterae. Ano I, n.1, PET/Letras/FCL/UNESP/Araraquara, setembro de 1996.

GOMES, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org.). **Manifestação Da Cultura No Espaço Rural**. Rio de Janeiro: EdU, 2019.

FERNANDES, E. - **Movimentos Sociais e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2010.

HAGE, Salomão M.; PENA, Selma C. Escolas rurais com turmas multisseriadas: realidades, contradições e desafios para a construção de materiais didáticos pedagógicos. In: CARVALHO, Gilcinei. T; MARTINS, Maria de Fátima. A. F. (orgs.). **Livro didático e educação do campo**. Faculdade de Educação – UFMG, Belo Horizonte, 2015. p. 125-135.

LIMA, R.; SANTOS, M. . **Direitos Humanos e Luta pela Terra**. Brasília: Editora DEF, 2012.

MENDES, Irene Alves de. A construção do projeto político pedagógico. In: FOERSTE, Irineu; FOERSTE, Gerda Margit Schütz; DUARTE, Laura Maria Scheneider. **Projeto político pedagógico da educação do campo**. Vitória: Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.

MARTINS, Lígia Márcia. Reflexões da prática pedagógica. In: ZIENTARSKI, Clarice; PEREIRA, Karla Raphaella Costa; FREIRE, Perla Almeida Rodrigues. **Escola da Terra Ceará: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo**. Assis: Triunfal, 2020.

MARTINS, Mônica Castagha; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. et. alii. **Dicionário da educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. ed. 21º, Petrópolis, editora Vozes, p.21-24, 2002.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das escolinhas de favores à escola de direito: a educação no/ do campo no município de Goiás**. Revista NERA, ano 2021, n. 42, p. 153-176, mai.-Ago, 2018.

OLIVEIRA, M. A. de. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno**. Curitiba, UFPR, setor de educação, Tese, 2022.

SILVA, J. **Famílias e Luta pela Terra: Uma Análise das Mobilizações Rurais**. Porto Alegre: Editora GHI, 2006.

SILVA, A. da C. **Processos de formação, práticas produtivas e sociais da comunidade Terra Nova, Uruará, Pará**. Altamira: UFPA/Licenciatura em Educação do Campo, 2021 (relatório do Tempo Comunidade I).

SILVA, A. da C. **A organização do trabalho pedagógico, currículo, condições profissionais docente e a relação escola-famílias-instituições, Assentamento Terra Nova, Uruará, Pará**. Altamira: UFPA/Licenciatura em Educação do Campo, 2022 (relatório do Tempo Comunidade II).

SOUZA, Leandro César de. **Poder Local e Assentamentos Rurais: Expressões de conflito, de acomodação e de resistência**. Relatório Parcial CNPq/PIBIC. FCT/UNESP Presidente Prudente, 2021.

STEDILE, J. P. **A Luta pela Terra e a Questão Agrária no Brasil**. Campinas: Editora JKL, 1999.

VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. **Escola e movimento social**: experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UFPA. **Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Altamira: Campus de Altamira, 2018.